

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, janeiro de 2015, número 85. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

Território Rural do Bolsão (MS): realidade e perspectivas

ARTIGO DO MÊS

Território da vida camponesa: assentamento Nova Conquista - SP

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas

UNICAMP/Campinas – São Paulo, 27 a 30 de abril de 2015.

III Colóquio Habitat e Cidadania: habitação no campo, nas águas e nas florestas

UnB/Brasília – Distrito Federal, 12 a 15 de maio de 2015.

II Congreso Internacional "Seminario Estado, Territorio y Desarrollo (SETED)"

Santiago de Compostela – España, 1 a 3 del Julio del 2015.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento.

Orgs: *Janaína F. S. Campos Vinha, Estevan L. F. Coca e Bernardo Mançano Fernandes.*

Este livro é resultado do empenho da Rede DATALUTA, coletivo de pensamento envolvendo atualmente nove grupos de pesquisa no estudo de diversos temas e/ou categorias da questão agrária brasileira. A construção de um coletivo de pensamento não significa consensos. Constatou-se em diversidades, tendo um banco de dados em comum.



6º Congresso Nacional do MST: Lutar, construir Reforma Agrária Popular.

Realização: MST.

Entre os dias 10 a 14 de fevereiro de 2014, aconteceu o 6º Congresso Nacional do MST. Mais de 15 mil sem-terra, oriundos de todo o Brasil e 250 convidados internacionais dos cinco continentes do mundo se reuniram em Brasília para consolidar a linha política para o período seguinte.

Para ver:

<https://www.youtube.com/watch?v=mcPhrGPKtJc>



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

APOIO

Editoração: Danilo Valentin Pereira (bolsista FAPESP), Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Hugo A. Alves (bolsista PROEX).
Revisão: Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira (bolsista FAPESP), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.
Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Juliana G. B. Mota (bolsista FAPESP) e Valmir J. de O. Valério (bolsista CNPQ).

Leia outros números do BOLETIM DATALUTA em www.fct.unesp.br/nera

TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO (MS): REALIDADE E PERSPECTIVAS

SEDEVAL NARDOQUE

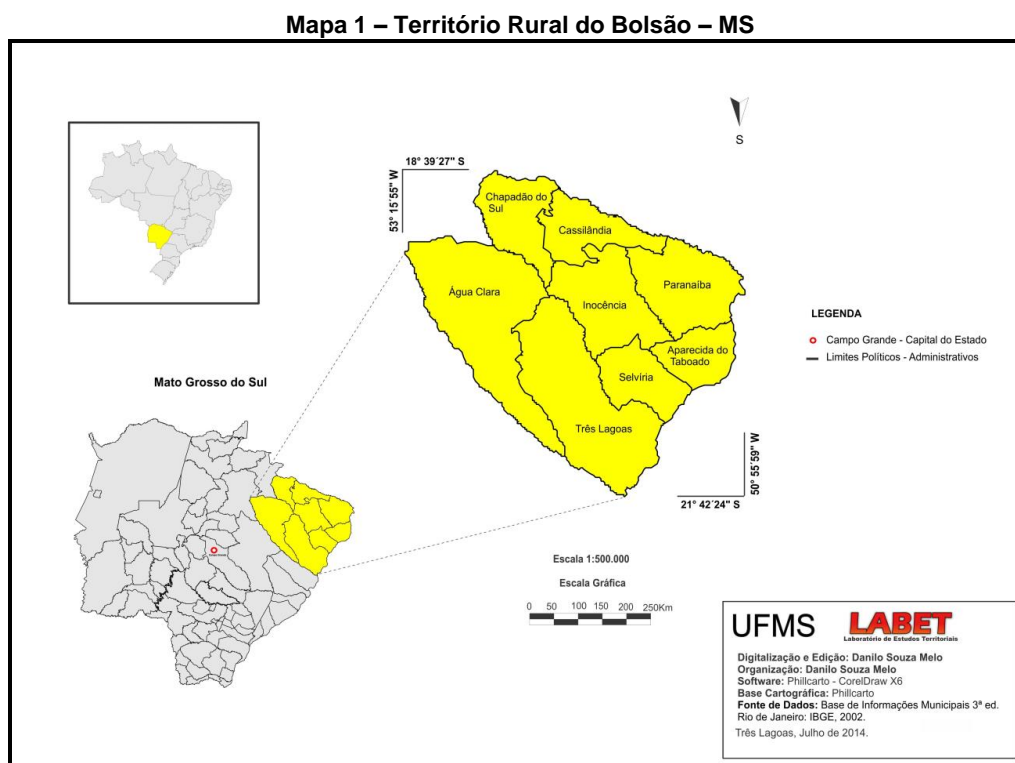
Professor do Curso de Geografia UFMS/Três Lagoas – Pesquisador da Rede Dataluta
sedeval.nardoque@ufms.br

ROSEMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA

Professora do Curso de Geografia UFMS/Três Lagoas – Pesquisadora da Rede Dataluta
rosemeire.almeida@ufms.br

INTRODUÇÃO

Recentemente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou o Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense (Mapa 1), com área de 45.929,9 Km², composto por oito municípios: Três Lagoas, Água Clara, Selvíria, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia e Chapadão do Sul.



Para implementação e articulação deste território, os pesquisadores do Laboratório de Estudos Territoriais (Labet), vinculados à UFMS e pertencentes à Rede DATALUTA, aprovaram, junto ao Edital CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014, o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial Rural do Bolsão (MS) com a finalidade de implementar propostas de desenvolvimento territorial endógeno que contemplem antigas bandeiras de lutas dos movimentos e organizações sociais, tais como: aplicação das políticas agrícolas para efetivação da Reforma Agrária, em particular no tocante à infraestrutura dos assentamentos; implementação das políticas públicas de crédito e comercialização para fortalecimento da agricultura familiar camponesa; estímulo à participação das mulheres na geração de renda no campo; expansão e consolidação da Educação no/do Campo; construção da transição agroecológica.

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

O processo de instalação e, principalmente, de consolidação dos territórios rurais enfrenta dificuldades – enquanto estratégia de desenvolvimento rural – em virtude da complexidade própria deste tipo de formação socioespacial, cuja composição se expressa por diferentes dimensões: ambiental, sociocultural, econômica e política. Alia-se a isso a predominância histórica das políticas setoriais, enraizadas nas mentalidades dos sujeitos que os compõem e, em grande medida, desarticuladoras da concepção de totalidade que o território enseja. Por identificar estas dificuldades, colocadas como desafios, surgiram, nos últimos tempos, políticas de Estado no sentido da efetivação de processos para os Territórios da Cidadania e para os Territórios Rurais.

São modalidades de intervenção que preconizam a base territorial para as políticas de desenvolvimento endógeno, incorporando as bandeiras de reivindicação de diversos segmentos da sociedade, historicamente marginalizados pelas políticas públicas.

Neste sentido, se evidencia como premente a necessidade de compreensão do conteúdo teórico-conceitual, econômico, cultural e político do território pelos gestores públicos municipais e membros de entidades da sociedade civil organizada, visando a consolidação, inclusive institucional, da intervenção territorial. Assim, por meio deste Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial para o Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense, desenvolver-se-ão ações, a começar por palestras e cursos de capacitação sobre o tema do território aos gestores públicos municipais e membros de entidades da sociedade civil organizada. Destaca-se ainda que o referido núcleo é centro de referência em pesquisas vinculado à Rede DATALUTA/Unesp-FCT.

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO

Segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 o Território do Bolsão possuía 233.297 habitantes. O município de Três Lagoas é o mais populoso com mais de 100 mil habitantes, enquanto Selvíria é o menos populoso, com 6.287 habitantes. Outra característica marcante deste território é a concentração da população residente nas sedes municipais, totalizando 87,62% (IBGE, 2010). Em 1980 a população urbana representava 67,59% do total, o que evidencia, portanto, forte migração campo-cidade nos últimos 30 anos. A industrialização é um fenômeno recente neste Território, de forma específica em Três Lagoas, logo os municípios ainda mantêm suas economias assentadas na agropecuária[1], ou seja, no setor primário, com predomínio das relações centradas na dependência urbana.

Como dito, os municípios vinculados ao Território do Bolsão têm economia baseada, principalmente, na atividade pecuária de bovinocultura de corte com forte concentração fundiária. Nos últimos anos houve diversificação das atividades econômicas, principalmente com marcante presença de atividades industriais. Em Três Lagoas destacam-se a de papel e celulose, a metal-mecânica e a de alimentos; Aparecida do Taboado e Paranaíba metal-mecânica e sucroalcooleira – especialmente pelas vantagens comparativas de proximidade com o Estado de São Paulo, disponibilidade de terras, fonte hidroenergética, rede fluvial, rodoviária e ferroviária, incentivos creditícios (via BNDES) e fiscais (renúncia fiscal por parte do Governo de Mato Grosso do Sul e dos municípios).

Devido a influência da indústria de papel e celulose, houve a expansão de eucaliptais por vários municípios, principalmente em Três Lagoas, Selvíria e Água Clara, modificando o perfil agrário Disponível em www.fct.unesp.br/nera

(reconcentração de terras) e agropecuário, diminuindo conseqüentemente as áreas tradicionais de pastagens e de produção de alimentos de origem vegetal. Em todos os municípios do Território houve diminuição do efetivo bovino, principalmente em Três Lagoas, que, no período de 2005 e 2009, teve seu rebanho reduzido de 938.008 para 754.126 cabeças. Por outro lado, a área ocupada com plantios de eucaliptos alcançou mais de 100 mil hectares no referido período.

O município de Chapadão do Sul destaca-se pela agricultura tecnificada, principalmente de soja, e, também, de algodão e de milho. Nesta mesma lógica da agricultura capitalista tem-se, também, Aparecida do Taboado com o plantio de cana de açúcar para produção de açúcar e etanol.

A tabela 1 apresenta as principais características dos municípios do Território Rural do Bolsão. Nota-se, pelos dados demográficos, que Três Lagoas tem a maior população do Território, com mais de 100 mil habitantes, seguido por Paranaíba, com mais de 40 mil. Os demais municípios possuem população reduzida, mas com forte concentração nas sedes municipais, justamente pela predominância da pecuária extensiva, pela agricultura fortemente mecanizada e pela concentração fundiária.

As mudanças ocorridas nos últimos anos, principalmente pela territorialização do capital (OLIVEIRA, 2010, p. 21) ligado ao agronegócio do eucalipto-celulose-papel, propiciou forte redução da população do campo, principalmente em Três Lagoas que passou de 15,8%, em 1980, para 5%, em 2010.

A forte expansão econômica em alguns municípios não trouxe equidade social, ao contrário, foi acompanhado de conflitos e desigualdades diversas, como social, econômica e de representação. São características desse Território os conflitos e as conflitualidades (FERNANDES, 2005) entre o agronegócio e os camponeses, dentre outros, como, por exemplo, as greves de trabalhadores temporários das construções de grandes empresas (Eldorado, UFN3-Petrobras), em Três Lagoas. Além dos conflitos, há os impactos ambientais causados pela expansão dos monocultivos comerciais sem o planejamento e preocupação com a preservação da natureza, relegados em plano secundário quando comparado com a preocupação com os lucros capitalistas.

Tabela 1 – Território Rural do Bolsão: características dos municípios

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./km ²)	POPULAÇÃO	ÁREA (km ²)	MUNICÍPIO
Agricultura, Pecuária, Indústria madeireira, Reflorestamento, Destaque (Borracha, Aves)	1,31	14.424	11.031,1	Água Clara
Indústria, Pecuária, Agricultura (sucroalcooleiro)	8,12	22.320	2.750,1	Aparecida do Taboado
Pecuária, Agricultura e comércio	5,74	20.966	3.649,8	Cassilândia
Agricultura, Pecuária	5,10	19.648	3.850,7	Chapadão do Sul
Pecuária, comércio	1,33	7.669	5.778,3	Inocência
Pecuária, comércio, agricultura	7,44	40.192	5.402,8	Paranaíba

Pecuária, Indústria, comércio	1,93	6.287	3.258,7	Selvíria
Indústria, Agropecuária e Silvicultura (eucalipto)	9,97	101.791	10.208,4	Três Lagoas
	5,08	233.297	45.929,9	TOTAL

Fonte – IBGE (2006) – SEMAC/MS (2011).

O Território do Bolsão localiza-se em importante região de Mato Grosso do Sul, com forte conexão com o Estado de São Paulo, principalmente por meio de rodovias (SP-300 e SP-320, BR-262, e BR-158), de ferrovias (Feronorte e Novoeste) e de hidrovia (Tietê-Paraná). Importantes corredores de escoamento da produção para grandes mercados consumidores e para o exterior, possibilitando que parte da sua produção seja exportada para outros países. As indústrias de vários setores, principalmente de papel e celulose, instalaram-se na região tornando-a um importante centro econômico do Estado de Mato Grosso do Sul. São notáveis, também, as políticas e a expansão dos setores empresariais dedicados às cadeias produtivas do agronegócio do eucalipto e da cana de açúcar. Mas, essa expansão econômica tem seu lado contraditório, responsável pelos conflitos e pelas conflitualidades diversos e, principalmente, pela expulsão dos camponeses das antigas fazendas de criação de bovinos, bem como pelo bloqueio à Reforma Agrária em virtude da majoração dos preços das terras agrícolas fruto da especulação.

ALGUMAS CONTRADIÇÕES NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO

Como evidências dos conflitos, e das conflitualidades, destacam-se os vários acampamentos e, posteriores, assentamentos implantados nos últimos anos no Território Rural do Bolsão, totalizando 11: 4 em Três Lagoas, 3 em Chapadão do Sul, 3 em Selvíria, 1 em Paranaíba – são mais de 1.000 famílias assentadas. Um dos projetos emblemáticos deste período é o Projeto de Assentamento São Joaquim, criado em 2008 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com capacidade de 181 famílias (FONSECA, 2014), numa área de 3.514,26 hectares, no município de Selvíria – área com longo histórico de pecuária de corte produzida de forma extensiva com baixa produtividade. Historicamente, o município de Selvíria foi ocupado por latifúndios com pastagens mal implantadas e mal conservadas, em solos ácidos, com baixa fertilidade e compactados.

O Assentamento São Joaquim ocorreu em área significativamente degradada, dificultando a permanência na terra por parte dos assentados. Além disso, nos últimos anos, a região tornou-se de interesse do grande capital vinculado às indústrias de celulose e papel (Fibria e Eldorado), justamente com a implantação e ampliação de áreas de monocultivos de eucalipto. O referido Assentamento está literalmente cercado pelos eucaliptais.

A degradação não poupou nem mesmo as áreas de preservação permanente (APPs), principalmente porque as atividades agropecuárias não são sustentáveis, mas baseadas em práticas convencionais, especialmente com uso de agrotóxicos e continuidade de mal uso do solo, da vegetação e da água. A ausência de infraestrutura do assentamento, não há sequer energia apesar de estarem há cinco anos na terra, aliado a baixa produção nos lotes implica na saída dos adultos para trabalharem nos plantios de eucaliptos das empresas do setor de eucalipto/celulose, implicando em círculo vicioso da retirada dos

trabalhadores da terra e na diminuição da produção. Em média, cada família recebeu 13 hectares, mas ainda vivem em condições precárias, pois muitas não têm casas de alvenaria, as estradas são mal conservadas e não acessaram nenhum crédito para produção. Esse diagnóstico foi possível por meio do projeto desenvolvido no ano de 2013, resultante do Edital PROEXT/2013, além de outro em curso no mesmo assentamento, de edital interno da UFMS.

O Território Rural do Bolsão faz parte do Bioma Cerrado, bastante degradado pela intensa ocupação que sofreu pelas atividades agropecuárias nas últimas décadas e:

Cerca de metade dos 2 milhões de km² originais do Cerrado foram transformados em pastagens plantadas, culturas anuais e outros tipos de uso. As pastagens plantadas com gramíneas de origem africana cobrem atualmente uma área de 500.000km², ou seja, o equivalente à área da Espanha. Monoculturas são cultivadas em outros 100.000km², principalmente a soja. A área total para conservação é de cerca de 33.000km², claramente insuficiente quando comparada com os principais usos da terra no Cerrado. (KLING; MACHADO, 2005, p.1).

Desta maneira, tem-se a quase extinção do cerrado, com recuo de quase 60% da sua cobertura vegetal original (PORTO-GONÇALVES, 2004). Como dito, nos últimos anos, o Leste de Mato Grosso do Sul, além da concentração fundiária e da degradação da pecuária extensiva, sofreu com o avanço do agronegócio ligado ao setor de celulose, empreendido por capitais nacionais e internacionais (Fibria, Eldorado, Internacional Paper), financiados pelo BNDES. Desta maneira, segundo Thomaz Júnior (2010), está-se diante do avanço do agrohídro-negócio justamente com:

A expansão da agropecuária capitalista, no Brasil, referenciada no modelo agroexportador, se consolida territorialmente no que denominamos de Polígono do Agrohídro-negócio, a contar com o Oeste de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudoeste de Goiás. Está-se diante de 80% das plantações de cana-de-açúcar, também de concentração das plantas agroprocessadoras, de produção de álcool e de açúcar do país, bem como 30% das terras com soja e onde se registra os maiores avanços em termos de área com plantações de eucaliptos. [...]. (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p.91).

Segundo Almeida (2010), impera o modelo de sustentação que possibilita a efetivação do complexo de celulose-papel: isenção fiscal; expansão territorial; pouco uso de mão de obra (fruto da mecanização no plantio e no corte do eucalipto) e exportação. A expansão deste complexo de celulose-papel ocorre sob o controle da FIBRIA desde 2006, período em que adquiriu, por meio da troca de ativos com a International Paper, 90 mil hectares plantados com eucalipto e 30 mil arrendados. No ano de 2013, foi inaugurada outra planta industrial do setor de silvicultura, agora sobre comando da empresa Eldorado Brasil.

A Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas (REFLORE-MS) divulgou que, no período de 2006 a 2013, a área plantada com eucalipto cresceu 475% na região Leste de MS, passando de 120 mil ha para 690 mil ha - com novas estimativas de crescimento para atender ao anúncio de expansão das fábricas aqui instaladas. O que implica em severos desequilíbrios socioambientais, problemas estes já identificados por Kudlavicz (2011):

Um dos indicadores mais visíveis do desequilíbrio ambiental proveniente dos desmatamentos para implantação de pastagens e, mais recentemente, para plantio de eucalipto, é a presença de aves na cidade. [...] Ultimamente as aves estão invadindo os

pomares dos camponeses e se alimentando de todas as frutas, inclusive de limão quando não encontram outro alimento. Esse fenômeno também se repete nos perímetros urbanos de outras cidades da região Leste do Estado. (2011, p.150).

É comum nos assentamentos localizados próximos aos eucaliptais, como o PA São Joaquim, a população adulta trabalhar nas áreas de plantio de eucalipto, servindo como “viveiro de mão de obra” às empresas do setor de eucalipto/celulose. Essa situação bloqueia perspectivas de sustentabilidade nos lotes, pois parte de sua população não se dedica às atividades produtivas, mas ao emprego assalariado nos eucaliptais, perdendo-se os princípios do processo de Reforma Agrária, norteado na perspectiva de terra, vida e trabalho.

Há necessidade, portanto, de superar este círculo vicioso implantado no Assentamento São Joaquim (e nos demais), justamente para que os assentados permaneçam na terra e os seus filhos também – para isso é fundamental criar condições. Assim, um dos passos é apontar caminhos via educação e planejamento de ações territoriais a partir do conhecimento do potencial local, em especial do cerrado, tanto no que se refere a produção como a comercialização, pois um dos obstáculos para permanência na terra por parte das pequenas unidades é justamente a dificuldade de geração de renda monetária. Entendemos que a geração de renda é ponto de chegada, uma vez que urge neste Território a compreensão, particularmente dos assentados rurais, da cidadania como participação social e política, como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças. Percebendo-se, pois, como produto e condição do Território; sujeitos transformadores do ambiente por meio da identificação dos bloqueios econômicos e políticos e das perspectivas de interações territoriais capazes de, efetivamente, melhorar o Território pensado em suas múltiplas dimensões. Este é um dos grandes desafios do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão.

PARA NÃO CONCLUIR...

Há no Território do Bolsão sistemas produtivos bem ativos, principalmente vinculados ao agronegócio e à agropecuária patronal, por um lado, e à agricultura camponesa de base familiar, por outro. Esta última ainda em situação de bloqueio, principalmente pelas dificuldades de embate com o grande capital e da falta de articulação dos sujeitos no acesso às políticas públicas básicas, principalmente aquelas preconizadas pelos Territórios Rurais e pelos Territórios da Cidadania.

Deste modo, é a viabilização de ações públicas de fortalecimento da agricultura familiar camponesa que poderá diminuir a distância, e a desigualdade, entre a força e pujança econômica do agronegócio e a agricultura camponesa. Acreditamos que este processo será desencadeado com a formação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial para Capacitação participativa no Território do Bolsão Sul-Mato-Grossense. Assim, há necessidade de participação dos sujeitos nas decisões, ou seja, articulando o desenvolvimento territorial endógeno com a organização social e política, mobilizando a sociedade civil organizada e órgãos estatais e públicos. Portanto, a participação e tomada de decisões mais qualificadas, sobretudo dos segmentos familiares camponeses, é o ponto de partida e chegada neste contexto de desenvolvimento econômico e, quiçá, humano do Território do Bolsão.

Indubitavelmente, na busca por participação qualificada no Território, leia-se, a criação de condições reais de participação, emerge a necessidade de mobilização de recursos, sobretudo humanos, para capacitação social e política de gestores públicos e membros da sociedade civil organizada. Assim, o Núcleo de Extensão visa superar a carência de conhecimentos sobre a importância de tomada de decisões a partir da base da sociedade. Isto significa dizer que a sociedade, em especial sua parte mais vulnerável economicamente, precisa compreender a importância da dimensão territorial como instância estratégica de participação e desenvolvimento.

Desta maneira, há necessidade de intensificação de conhecimentos sobre a temática de Território, tanto no seu aspecto teórico-conceitual, quanto natural, econômico, político, cultural e social. Portanto, o conhecimento sobre a possibilidade de organização social, política e econômica, a partir de Território, surge como base da implementação de ações que favoreçam o desenvolvimento rural endógeno.

A implantação, o fortalecimento e a consolidação do Território Rural do Bolsão se fará também em consonância com o recente (Maio/2014) decreto nº. 8.243 da Presidência da República, que criou a Política Nacional de Participação Social, ou seja, o cotejamento entre as ações e a dimensão humana do Território. Acrescenta-se, enfim, que o conhecimento sobre Território, nas suas diferentes perspectivas, é necessidade basilar para se compreender as contradições do desenvolvimento econômico clássico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A formação do vale da celulose: desdobramentos socioterritoriais do plantio de eucalipto na região Leste de Mato Grosso do Sul**. Três Lagoas: UFMS, 2010. (mimeo.).

BRASIL. **Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/web/guest/2029-desenvolvimento-regional-territorial-sustentavel-e-economia-solidaria>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio Buainain (Editor). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Editora da Unicamp, 2005. Disponível em: <http://laberur.ufs.br/sites/default/files/105/fernandes_questao_agraria_conflitualidade_e_desenvolvimento_territorial.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2014.

FONSECA, Silas Rafael da. **Monocultura de eucalipto, relações de trabalho e os caminhos da resistência camponesa no Assentamento São Joaquim (MS)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**, v.5, n.10, Uberlândia, p. 5-64, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A geografia da riqueza, fome e meio ambiente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U., MARQUES, Marta I. (orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela; Editora Paz e Terra, 2004, p.207-253.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-território**, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.